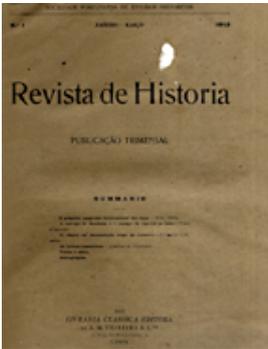


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Revista de História, Lisboa, 1912-1928

A *Revista de História* constitui-se como órgão da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (1911-1928). Com uma periodicidade trimestral (custo avulso de 300 reis, assinatura anual de 1\$200), veio posteriormente a ser agrupada em 16 volumes, cada um compreendendo, tendencialmente, quatro números. Fidelino de Figueiredo (1888-1967), que se notabilizou com larga obra no campo da história e crítica literária, foi o seu director e principal colaborador. Na verdade, Fidelino assumiu-se como figura central quer na criação e dinamização da SPEH como da *RH*. Estamos perante um projecto pessoal, de uma tentativa de orientação historiográfica e com um certo horizonte ideológico.

O embrião do que veio a ser a *RH* pode ser encontrado num dos principais ensaios de juventude de Fidelino, *O Espírito Histórico* (1910). Texto programático elaborado poucos dias após os acontecimentos da Revolução Republicana de 5 de Outubro, nele se detectam as bases historiográficas e ideológicas do autor, avesso ao positivismo historiográfico (e político) e à “neofilia” que, a seu ver, tinha encontrado um estandarte com a revolução republicana, distante de elementos históricos ou tradicionais portugueses. Estava-se, segundo sua interpretação global, num período de “desnacionalização geral” e de decadência do povo português (e espanhol), com “falta de seiva histórica”. Também se constata neste ensaio, numa clara alusão à recente revolução, a sugestão de que o desenvolvimento de um «espírito histórico» traria uma visão mais serena dos problemas do presente, dando azo a uma postura moderada perante transformações sociais e políticas de grande ordem. Concorriam, assim, dois importantes elementos para o seu programa de claro sabor nacionalista: uma pedagogia da nação centrada na história e com uma base científica (a seu ver, o motor de progresso de outros países europeus), concretizável através da criação de uma instituição em particular: “Urge, pois, que na reforma da instrução superior, se crie um centro de estudos nacionais ou pelo menos, ainda que dispersos, estes tenham uma longa representação. (...) Era também da maior urgência, por ser da maior oportunidade e eficácia, a fundação de uma revista de história, onde se recolhessem todas as monografias, todos os elementos que contribuíssem para essa tarefa sagrada na nacionalização do país” (*O Espírito Histórico*, 1ªed, 1910, p. 12).

A ideia de criação de uma revista é recuperada no ano seguinte, 1911, já dentro da arquitectura geral do programa da SPEH, então tornada público. A «circular programa» também fazia uma chamada a “todos os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

profissionais portugueses de ciências históricas”, com o intuito de congregar “todos esses esforços dispersos e que asseguraria a cada autor, mediante uma mínima quotização, publicidade, público e discussão crítica” (*Boletim da Sociedade de Geografia*, 1911, p. 120). De entre as múltiplas iniciativas projectadas para este empreendimento associativo, estava a criação do que viria a ser a *RH*.

Não se pode deixar de constatar a aparente simplicidade do título deste periódico. Na verdade, os fundadores da SPEH ao optarem pelo designativo “História” conseguiam, à partida, afastar qualquer preocupação restritiva. Colocado desta forma, permitia-se o englobar de qualquer veio de investigação que propusesse no seu estudo um horizonte histórico, fosse este político, social, militar, religioso, literário ou outro.

Não obstante uma longevidade relativamente curta, no contexto português a *RH* afirmou-se como um dos periódicos ligados à história mais significativos do seu tempo, facto bem ilustrado pelo louvor que recebeu através de uma Portaria, em 1914, assinada pelo então Ministro da Instrução Pública, Sobral Cid. E, a nosso ver, assumiu uma posição de relativo destaque. Por exemplo, num pequeno exercício comparativo com uma outra publicação coeva, o *Arquivo Histórico* (1903-21), e embora percebamos que os dois periódicos tivessem objectivos diferentes, a *RH* apresentava uma estrutura moderna, mais ambiciosa, equilibrada e relativamente inovadora no panorama português, composta por três grandes secções, «Artigos», «Factos e Notas» (secção que se revestiu de importante originalidade, e que poderíamos apelidar de jornalismo histórico) e «Bibliografia». Convém no entanto referir que esta estrutura encontrava um flagrante modelo de inspiração estrangeiro, a *Revue de Synthèse Historique* (1900), então dirigida por Henri Berr. Autor referencial nestes anos para Fidelino de Figueiredo, tentou-se orientar a *RH* nesse sentido, de abordagem à síntese na construção historiográfica. Numa interessante e ainda hoje útil brochura publicada pela própria SPEH com o intuito de recensar as publicações de história da altura, notamos um conspícuo auto recenseamento, “A Revista de História procura conciliar a função de arquivo de materiais à de síntese, promovendo a divulgação das fontes e a construção da história. Também se interessa pelos problemas teóricos das ciências históricas e da metodologia do seu ensino” (*Revistas Portuguesas de História e Ciências Correlativas*, 1915, p. 14).

Ao todo foram publicados 283 artigos na *RH*. Regista-se um maior fulgor nos primeiros cinco anos de existência da revista, notando-se acentuada quebra a partir de 1915 (Brito, *A Sociedade Portuguesa...*, 2012, p. 67). O último volume, que corresponde a dois anos (1927-1928), apresenta um contra-ciclo ascendente, mas apenas porque se condensou dois anos de publicação, contando essencialmente textos de homenagem a Manuel Oliveira Lima, embaixador e historiador brasileiro, recentemente falecido. Dos 127 sócios que compuseram a SPEH (só é possível contabilizar até 1920), 46 deles contribuíram com pelo menos um artigo para a *RH*. Destes, destacam-se, numericamente, os contributos de Fidelino de Figueiredo (com 36), Pedro de Azevedo (20), Edgar Prestage (12), João Lúcio de Azevedo (12) e Fortunato de Almeida (11). Outros, caso de Damião Peres, Anselmo Braamcamp Freire ou Paulo Merêa, tiveram uma participação limitada. No campo dos colaboradores, ou seja, aqueles que não eram sócios da sociedade, contabilizaram-se 71 (58 com artigos, outros com colaboração nas outras secções).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A abertura ao exterior e a colaboração de historiadores estrangeiros foi um dos grandes intuitos do programa da SPEH. Destacam-se contributos de Benedetto Croce, Charles Boxer (com publicação de fontes sobre Nuno Álvares Botelho, vol.16), Pires de Lima, Ciriaco Pérez Bustamante ou Gilberto Freyre, revelando a relativa abertura internacional da publicação. Para além da Academia das Ciências de Lisboa, há notícia de permutas com a Academia de la História de Madrid, o Instituto Histórico do Rio de Janeiro ou a Universidade de Manchester. Não obstante, aos olhos do seu director, a abertura estrangeira fora parcamente concretizada. Fidelino de Figueiredo notou esse distanciamento de ambientes científicos estrangeiros (poucos responderam à «circular programa»), alertando, logo em anos iniciais, para causas como desconfiança ou o não conhecimento da nossa língua. O grupo de lusófilos era restrito, casos de Edgar Prestage (com publicações várias na *RH*, a maioria delas sobre história diplomática, vol. 7; mas também sobre historiografia, em que tece críticas a Oliveira Martins, vol. 5) ou Aubrey Bell (essencialmente hispanista, e que na *RH* trabalhou Gil Vicente, vol. 5). Deste modo, e assumindo que os temas que poderiam interessar a autores estrangeiros fossem os Descobrimientos ou a Expansão portuguesa, sugeriu que estes artigos tivessem, pelo menos, um resumo em francês (Brito, *A Sociedade Portuguesa...*, 2012, p. 43). Prática hoje corrente com a língua inglesa, como se sabe.

De qualquer forma, ao longo dos anos de publicação, e como fiel eco do seu auto recenseamento, notamos na *RH* a publicação de fontes (documentos oficiais, epistolas, entre outros) e artigos interpretativos. No que toca à publicação de fontes, foram raros os colaboradores que não o fizeram. Fidelino, por mais de uma vez, publicou cartas inéditas de Eça de Queiroz e de Alexandre Herculano, o que não nos espanta, se atendermos aos seus temas literários e de referencial historiográfico. Mas quem perfilhou mais este tipo de publicação foram Pedro de Azevedo e António Baião, o que se compreende considerando os seus ofícios (arquivistas e paleógrafos). Encontram-se trabalhos de teor mais reflexivo, casos de Benedetto Croce ou do então jovem Francisco Vieira de Almeida, que versaram aspectos epistemológicos do trabalho historiográfico (vol. 3). Apresentaram-se novas perspectivas sobre temas já muito debatidos, como João Lúcio de Azevedo com a figura do Marquês de Pombal. Outros trabalhos representaram um primeiro passo para estudos de maior fulgor, como por exemplo os estudos de João Lúcio de Azevedo sobre os cristãos novos ou apontamentos de Fortunato de Almeida para a sua *História da Igreja*. Também houve espaço para polémicas/críticas entre membros da SPEH (embora poucas), e que encontraram eco na *RH*, como por exemplo entre Fidelino de Figueiredo e António Prado Coelho sobre Balzac (vols. 2 e 3).

Indo ao encontro de uma certa tendência da altura, o período Moderno e Contemporâneo foram os mais recorrentes. Isto explica-se em grande medida pelos temas tratados de história política, religiosa, marítima e literária. Outras áreas, como a arqueologia ou a etnografia apresentam um espaço residual. Menção ainda para os estudos de história regional e local que foram substanciais, em consonância com a tradição oitocentista deste tipo de trabalhos. Mas para entendermos o volume dos temas mais recorrentes, teremos de ter em conta que quem mais labutou nos temas acima aludidos foram precisamente aquelas figuras que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

apresentaram uma produção mais intensa ao longo da existência da revista, como Fidelino de Figueiredo, Fortunato de Almeida, João Lúcio de Azevedo ou Edgar Prestage. A biografia foi um veio recorrente, com quase todos os grandes autores a apresentarem trabalhos (Brito, *Idem*, p. 70)

A extinção da SPEH, com o exílio do seu principal fundador, em 1928, ditou o fim da *RH*, apesar dos dois últimos números já testemunharem uma difícil sobrevivência. A concluir, justifica-se a pergunta: terá o plano de orientação historiográfica sugerido por Fidelino de Figueiredo, em 1910, com a ideia de síntese, alcançado sucesso? A nosso ver, de forma muito limitada. À SPEH e à *RH* associaram-se muitas figuras já com um longo lastro de trabalho, o que colocava, como se pode imaginar, dificuldades ao intuito de atingir uma certa homogeneidade. Sem dúvida que no seu conjunto os artigos publicados ilustram multidisciplinaridade, no sentido em que vemos uma diversidade de temas tratados, mas, na sua maioria, as abordagens mantinham-se dentro de linhas historiográficas vigentes, salvo as excepções que fomos apresentando. Aliás, os mais frequentes colaboradores com trabalho entendido como historiográfico, participaram sobretudo numa orientação que se pode classificar de erudita, positiva ou metódica. Não espanta pois que, anos mais tarde, Fidelino de Figueiredo reconhecesse o limitado alcance do seu projecto (curiosamente, na *Revista de História* da Universidade de S. Paulo, que pediu emprestado o nome do periódico português), quando se referiu a muitas das personagens que compuseram a SPEH ou colaboraram na *RH*: “Eram historiadores todos esses estudiosos, historiadores na acepção de construtores de grandes sínteses plásticas e interpretativas dos acervos episódicos? Nem todos (...) Muitos deles eram apenas beneméritos e probos carreadores de materiais, alguns simples arquivistas. Contribuíram todos com sólidas e valiosas renovações documentares para a obra historiográfica, mas nem todos chegaram a erguê-la. Muitos atomizaram a história (...) Mas essa decomposição atomística ou anatómica é só uma fase do trabalho historiográfico; tem de ser seguida da reconstrução pelas várias e difíceis operações de síntese” (*Historiografia Portuguesa no século XX*, 1954, pp. 336-337). Embora dê um retrato da historiografia portuguesa das primeiras duas décadas do século XX, a *Revista de História* ficaria aquém das grandes intenções do seu fundador. E aquém da sua inspiradora *Revue de Synthèse Historique*.

Fontes e bibliografia: *Boletim da Sociedade de Geografia*, Nº 4, 29ª série, Abril de 1911; BRITO, Ricardo de, *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*, Dissertação de Mestrado, FLUL, Lisboa, 2012; FIGUEIREDO, Fidelino de, *O Espírito Histórico – Introdução à Biblioteca – Noções Preliminares*, 1ª ed., Tipografia da Cooperativa Militar, 1910 (2ª ed. 1915, 3ª ed. 1920);idem, *Historiografia Portuguesa no século XX*, Separata da *Revista de História* da Universidade de S. Paulo, n. 20, [s. l.], [s. e.], 1954, pp. 331-349; *Revista de História*, 16 vols., SPEH, 1912-1928; *Revistas portuguesas de história e ciências correlativas*, Lisboa, SPEH, 1915; MOREIRA, Nuno Bessa, *A Revista de História (1912-1928), Uma proposta de análise histórico historiográfica*, Dissertação de Doutoramento em História, 2 vols, FLUP, 2012; Portaria nº 271, 9 de Dezembro de 1914, in *COLP*, Lisboa, Imprensa Nacional,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1916, p. 707; TORGAL, Luís, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Ricardo de Brito